



Fuzilamento pregado por Bolsonaro pode sair às avessas

Depois de pregar insistentemente o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, o deputado federal e capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro (PPB-RJ) deve ser punido pela Câmara. O líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio (PSDB-AM), enviou pedido formal à na Mesa da Câmara para abertura de processo contra o deputado por quebra de decoro parlamentar.

O presidente da Casa, Michel Temer, e o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira, voltaram a defender a algum tipo de sanção ao parlamentar.

Uma das mais recentes declarações de Bolsonaro foi feita durante o almoço de desagravo ao ex-comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Walter Bräuer, promovido por oficiais da reserva da Aeronáutica. O deputado afirmou que o presidente está cometendo um crime ao governar o país da forma que vem fazendo e que para ele, FHC “deveria ser fuzilado”.

Temer convocou uma reunião para a próxima terça-feira (11/1) para discutir qual punição pode ser aplicada a Bolsonaro. O deputado Inocêncio Oliveira chegou a afirmar que, se o regimento não prevê uma punição para esses casos, ela será criada.

O líder defende a suspensão do mandato de Bolsonaro. Oliveira se declarou favorável à imunidade das declarações de parlamentares, mas ressaltou que o deputado é reincidente.

Não é a primeira vez que o parlamentar dá um tom extremista às suas declarações. Em maio passado, em programa exibido pela TV Bandeirantes, Bolsonaro sugeriu o fechamento do Congresso e afirmou que durante a ditadura militar, deveriam ter sido fuzilados “uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso”.

O deputado é um conhecido aliado da intolerância. Em 1998, defendeu a pena de morte aos seqüestradores do empresário Abílio Diniz. E ao comentar o massacre do Carandiru, onde morreram 111 presos, o parlamentar afirmou que “a Polícia Militar perdeu a oportunidade de matar mil bandidos”.

Date Created

04/01/2000